



## DESTAQUES DE 6 A 10 DE JANEIRO

### NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

#### ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

##### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

###### [Proposta de Lei 192/XII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de Setembro, que estabelece os princípios de acção do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e protecção da arte do cinema e das actividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de Janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de Setembro.

Autoria Governo

###### [Projecto de Lei 490/XII](#)

Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.

Autoria BE

###### [Projecto de Lei 491/XII](#)

Integra a representação do Conselho Nacional de Juventude e «representantes de reformados» no Conselho Económico e Social, alargando também o número de representantes dos trabalhadores e do patronato, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, com as modificações feitas pelas leis n.º 80/98, de 24 de Novembro, n.º 128/99, de 20 de agosto, n.º 12/2003, de 20 de maio, e n.º 37/2004, de 13 de Agosto.

Autoria PSD

###### [Projecto de Lei 492/XII](#)

Altera a Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto, que regula o Conselho Económico e Social.

Autoria PS

[Proposta de Lei 193/XII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

Autoria Governo

[Proposta de Lei 194/XII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2010 de 24 de Dezembro, que aprova a Lei da Rádio, modificando o prazo para a concessão do serviço público de rádio

Autoria Governo

[Proposta de Lei 195/XII](#)

Procede à segunda alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e de televisão, bem como à aprovação dos novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A..

Autoria Governo

[Proposta de Lei 196/XII](#)

Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício, modificando o conteúdo dos programas que integram a concessão do serviço público de televisão

Autoria Governo

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 196/XII](#)

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infracções rodoviárias com utilização de veículo matriculado num Estado-Membro distinto daquele onde a infracção foi cometida, e transpõe a Diretiva n.º 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2011, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infracções às regras de trânsito relacionadas com segurança rodoviária

DESPORTO

[Despacho n.º 116/2014. D.R. n.º 3, Série II de 2014-01-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Altera o despacho n.º 2724/2013, de 20 de Fevereiro que fixa o pagamento das taxas devidas, ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pelos actos relativos ao processo de emissão dos títulos profissionais de treinador de desporto e vários actos relacionados

DIREITO PÚBLICO

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 862/2013. D.R. n.º 4, Série I de 2014-01-07](#)

Tribunal Constitucional

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto da Assembleia da República n.º 187/XII, que estabelece mecanismos de convergência de protecção social

## ENERGIA

[Diretiva n.º 3/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Revisão das tarifas transitórias de gás natural aplicáveis a consumidores com consumos anuais superiores a 10 000 m<sup>3</sup> para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2014

[Diretiva n.º 4/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Revisão das tarifas transitórias de gás natural para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2014

## FINANCEIRO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2014. D.R. n.º 3, Série I de 2014-01-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2014, aprovado pela [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de Dezembro, e do Regime Geral da Emissão e Gestão da Dívida Pública, aprovado pela [Lei n.º 7/98](#), de 3 de Fevereiro

[Despacho n.º 308/2014. D.R. n.º 5, Série II de 2014-01-08](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra

Determina a aplicação da receita provisória obtida com a operação de privatização da CTT, SA

[Aviso n.º 219/2014. D.R. n.º 4, Série II de 2014-01-07](#)

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.

Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas

[Aviso n.º 131/2014. D.R. n.º 3, Série II de 2014-01-06](#)

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a vigorar entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2014

## BANCO DE PORTUGAL

[Consulta pública da OCDE/INFE sobre participação de entidades privadas e de entidades sem fins lucrativos na formação financeira](#)

[Programa de ajustamento português - Apresentação de suporte a reunião do Governador Carlos da Silva Costa com Delegação do Parlamento Europeu](#)

## CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais Português - Dezembro de 2013](#)

## LEI ELEITORAL – PARLAMENTO EUROPEU

[Lei Orgânica n.º 1/2014. D.R. n.º 6, Série I de 2014-01-09](#)

Assembleia da República

Procede à quinta alteração à [Lei n.º 14/87](#), de 29 de Abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, transpondo a Diretiva n.º [2013/1/UE](#), do Conselho, de 20 de Dezembro de 2012, que altera a Diretiva n.º [93/109/CE](#), do Conselho, de 6 de Dezembro de 1993, no que se refere a alguns aspectos do sistema de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado membro de que não tenham a nacionalidade

## PENAL

[Despacho n.º 490/2014. D.R. n.º 7, Série II de 2014-01-10](#)

Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Constituição de Grupo de Trabalho que proceda à avaliação das implicações das medidas restritivas na ordem jurídica interna, à identificação de todos os instrumentos normativos, institucionais e operacionais, em vigor, referentes a tais medidas, à harmonização desses instrumentos e à definição das melhores práticas a seguir na execução das medidas restritivas e nos mecanismos de comunicação, e à elaboração das propostas de alterações legislativas, regulamentares e operacionais necessárias

[“Auditoria sobre Violação do Segredo de Justiça” – PGR](#)

Apresentação Pública das Conclusões da Auditoria

## PRIVACIDADE

A CNPD tem já disponível um [formulário electrónico específico](#) para as notificações de tratamentos de dados decorrentes do controlo da utilização das TIC, para fins privados, no local de trabalho. Este novo formulário permitirá a obtenção de autorização no prazo de uma semana, desde que observadas as condições estabelecidas pela [Deliberação n.º 1638/2013](#), relativas ao controlo da utilização de telefones, e-mails e Internet no contexto laboral. Notificações já feitas mas ainda não autorizadas podem ser também substituídas electronicamente para uma mais rápida resolução.

## TMT

[ANACOM lança e-QNAF](#)

Quadro Nacional de Atribuição de Frequências agora em plataforma electrónica que permite consulta dinâmica e interactiva.

[Violações de segurança e perdas de integridade nas comunicações electrónicas - prorrogação de prazo](#)

Prorrogado prazo de entrega do relatório de violações de segurança e perdas de integridade das empresas de comunicações electrónicas até 23.01.2014.

## RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 1/2014/M. D.R. n.º 5. Série I de 2014-01-08](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2014

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

#### ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento de Execução (UE) n.º 17/2014 da Comissão, de 10 de Janeiro de 2014, que [estabelece o formulário normalizado para a apresentação da notificação da medida especial no âmbito do mecanismo de reacção rápida contra a fraude ao IVA](#)

### COMISSÃO EUROPEIA

[Livre circulação: Comissão publica guia sobre a aplicação do «teste da residência habitual» no domínio da segurança social](#)

Um guia prático sobre o «teste da residência habitual», destinado a ajudar os Estados-Membros a aplicar as regras da UE em matéria de coordenação da segurança social no caso dos cidadãos da UE que se mudaram para outro Estado-Membro, acaba de ser publicado pela Comissão Europeia. O novo guia lança luz sobre o «teste da residência habitual» da UE e facilitará a sua aplicação prática pelas autoridades dos Estados-Membros.

[Fundos estruturais e de investimento: Comissão promove o papel dos parceiros na programação e na utilização das verbas](#)

A Comissão Europeia adoptou hoje um conjunto de medidas destinadas a melhorar a consulta, a participação e o diálogo com os vários parceiros (designadamente as autoridades regionais, locais e urbanas, bem como outras autoridades públicas, sindicatos, entidades patronais, organizações não governamentais e organismos responsáveis pela promoção da inclusão social, da igualdade entre homens e mulheres e da não discriminação) nas fases de programação, implementação, acompanhamento e avaliação dos projectos financiados pelos fundos estruturais e de investimento europeus (ESIF).

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 9 DE JANEIRO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de lei de alteração do Orçamento do Estado para 2014, no sentido de colmatar o problema orçamental de sustentabilidade dos encargos com as pensões aberto pela decisão de desconformidade constitucional relativamente à convergência das pensões da CGA em pagamento, com o regime da segurança social.
- Duas propostas de lei, uma que procede à alteração da Lei da Televisão e uma outra que altera a Lei da Rádio.
- Os novos Estatutos da RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A..
- Proposta da Fosun International Limited para a aquisição de 80% do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., por um valor de 1000 milhões de euros.
- Revisão do regime jurídico do papel comercial, tendo em vista a criação de condições que potenciem o recurso a este instrumento por um número maior de emitentes, em particular empresas de menor dimensão que habitualmente não recorrem a esta modalidade de financiamento.

(...)

---

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

---



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"  
*Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012*



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"  
*The Lawyer European Awards, 2012*



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011-2013*

